



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

237

HABEAS CORPUS Nº 199889-6

IMPETRANTE: JAIME BADECA DE OLIVEIRA FILHO

PACIENTE: CÍCERO DE ASSIS DOS SANTOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Eleonora de Souza Luna

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

5460

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. LIBERDADE PROVISÓRIA.
VEDAÇÃO. ARTIGO 44 DA LEI Nº 11.343/2006.
ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA
FORMAÇÃO DA CULPA. INACOLHIDA.
INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA
RAZOABILIDADE. – DENEGação DA ORDEM.
DECISÃO UNÂNIME.

1. A vedação à liberdade provisória estabelecida no artigo 44 da Lei nº 11.343/2006 é, por si só, fundamento bastante para impedir a concessão da referida benesse, encontrando tal solução respaldo na própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLIII, que impõe a inafiançabilidade para o crime de tráfico de entorpecentes.
2. A simples ultrapassagem dos prazos legais não leva automaticamente ao relaxamento da prisão do réu, devendo ser levadas em consideração as peculiaridades de cada processo, conforme preconiza o princípio da razoabilidade. No caso em comento, o atraso encontra-se devidamente

justificado pelas dificuldades apresentadas pela autoridade apontada
coatora.




ACÓRDÃO

238

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 199889-6 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Exmº Desembargador Relator.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 199889-6

239

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JAIME BADECA DE OLIVEIRA FILHO

PACIENTE: CÍCERO DE ASSIS DOS SANTOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Eleonora de Souza Luna

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Bel. Jaime Badeca de Oliveira Filho em favor de CÍCERO DE ASSIS DOS SANTOS, o qual foi preso em flagrante delito no dia 29 de março do ano em curso, pela suposta prática de crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Comarca de Santa Maria da Boa Vista.

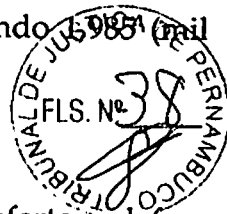
Alega o impetrante, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, já que se encontra recolhido há mais de sete meses sem que tenha ocorrido sequer a audiência preliminar do processo. De outra parte, aduz que não há razão para a custódia do acusado, estando sem a devida fundamentação o *decisum* denegatório do pedido de liberdade provisória.

Por tais motivos, pugna pela concessão da ordem, com a expedição do competente alvará de soltura.

O pedido de liminar foi indeferido através de decisão interlocutória às

fls. 16/17.

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 24/25, registrando que o paciente foi preso em flagrante por estar transportando (mil novecentos e oitenta e cinco gramas) de maconha.



De acordo com a referida autoridade, o acusado ofertou defesa preliminar em 04 de agosto de 2009 e o pedido de liberdade provisória feito em seu favor foi indeferido no dia 1º de outubro seguinte.

240

Admite a juíza que o processo não está tramitando no ritmo que deveria, mas diz que não se pode falar em excesso de prazo neste caso, pois a demora resta justificada pela sua licença-maternidade entre os meses de março e setembro. Segundo ela, durante seis meses o juiz substituto só compareceu àquela Comarca uma vez por semana (como naturalmente ocorre nos casos de acumulações nas Comarcas de primeira instância), o que gerou o acúmulo de processos.

Ainda segundo a nobre magistrada, as audiências de processos relativos a réus presos serão agendadas na ordem cronológica das prisões e, como existem muitos réus encarcerados há mais tempo do que o paciente, ainda não foi designada a data para a respectiva audiência.

Ressalta a juíza, ainda, que tem de conciliar a pauta de audiência de réus presos com os feitos da META 2, estabelecida pelo CNJ.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça opina pela denegação da ordem, requerendo, porém, que seja determinada a imediata designação de audiência de instrução e julgamento, assim como seja comunicada à Presidência do TJPE e à Corregedoria de Justiça a dificuldade enfrentada pela magistrada para reduzir o acervo daquele Juízo.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 199158-6

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: AMARO GUSTAVO DA SILVA

241

PACIENTE: PAULO HENRIQUE DE JESUS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Milta Maria Paes de Sá

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

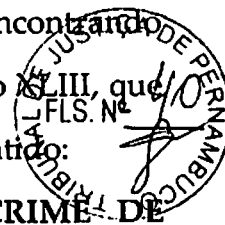
Conforme as informações constantes dos autos, o paciente foi preso em flagrante delito no dia 29 de março do ano corrente, pela suposta prática de crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, encontrando-se recolhido desde então.

Alega o impetrante, em resumo, que o acusado vem sofrendo constrangimento ilegal pelo excesso de prazo na formação da culpa, pois permanece encarcerado mesmo quando o prazo para conclusão da ação penal já foi de muito ultrapassado. De outra parte, aduz que a decisão que negou ao paciente o direito à liberdade provisória não foi devidamente fundamentada.

Assim, pugna pela concessão da presente ordem de *habeas corpus*.

De início, cabe destacar que o pedido de liberdade provisória formulado em favor do acusado foi indeferido com base no artigo 44 da Lei nº 11.343/2006, que veda a possibilidade de tal benesse em casos de tráfico ilícito de

entorpecentes. E, a bem da verdade, há forte entendimento jurisprudencial no sentido de que a vedação à liberdade provisória estabelecida no artigo 44 da Lei de Tóxicos é, por si só, fundamento bastante para impedir a concessão deste benefício, encontrando tal solução respaldo na própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso III, que impõe a inafiançabilidade para o crime de tráfico de entorpecentes. Neste sentido:

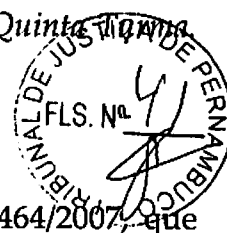


STF: "PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PEDIDO DE RELAXAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691 DO STF. VERBETE QUE SÓ PODE SER FLEXIBILIZADO EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. PRISÃO CAUTELAR, À PRIMEIRA VISTA, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INADMISSIBILIDADE, EM TESE, DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PRECEDENTES. PEDIDO DE EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO-CONHECIDO. (...) III - A atual jurisprudência desta Casa é firme no sentido da irrelevância da discussão acerca da existência ou não de fundamentação da prisão em flagrante de acusado de tráfico ilícito de entorpecentes, uma vez que a proibição de liberdade provisória, nesses casos, decorre da inafiançabilidade imposta pelo art. 5º, XLIII, da CF e da vedação legal imposta pelo art. 44 da Lei nº 11.343/06 (HC 95671/RS, Rel. Min. ELLEN GRACIE, HC 95060/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO, HC 93229/SP, Rel. Min. CARMEN LÚCIA). (...) V - Habeas corpus não conhecido." (HC 96183/SP. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Primeira Turma. Julgamento em 19/05/2009);

STJ: "HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. APELO EM LIBERDADE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NA LEI Nº 11.343/2006. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR O INDEFERIMENTO DO PLEITO. 1. Na linha do entendimento desta Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei nº 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais. 2.

(...) 3. Ordem denegada." (HC 146023/RS. Relatora Ministra Laurita Vaz. Quinta Turma.
Julgamento em 13/10/2009)

243



Vale dizer que a supressão estabelecida pela Lei nº 11.464/2007, que resultou na exclusão do óbice legal previsto na Lei dos Crimes Hediondos, em nada afetou os posicionamentos jurisprudenciais supracitados, porquanto a Lei nº 11.343/2006, que regula particularmente os crimes de tráfico, é especial em relação à Lei nº 8.072/90, razão pela qual, à luz do brocardo *lex specialis derogat legi generali*, não se pode falar em antinomia no sistema jurídico.

Assim, com amparo nos precedentes acima apresentados, filio-me ao entendimento de que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no artigo 44 da Lei nº 11.343/06, é motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao acusado da prática dos aludidos crimes, pelo que não acolho os argumentos do impetrante nesta parte.

Quanto ao alegado excesso de prazo, há de se reconhecer que a julgadora de primeiro grau apresentou justificativas plausíveis para o atraso no feito, destacando expressamente a sua licença-maternidade, o grande número de processos existentes naquele Juízo e a dificuldade de conciliar a pauta de audiências de réus presos com os processos da META 2, estabelecida pelo CNJ.

Em tais circunstâncias, e tendo em consideração o princípio da razoabilidade, deve ser afastada a alegação de excesso de prazo.

Como se sabe, a ultrapassagem dos prazos legais não leva automaticamente ao relaxamento da prisão do réu, devendo ser sempre observadas as peculiaridades de cada processo, sendo incabível falar-se em constrangimento ilegal quando o excesso é justificável.

Pelo exposto, e em consonância com o entendimento da douta
Procuradora de Justiça, o meu voto é pela denegação da ordem.

244



É COMO VOTO.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "J. M. C.", written below the text "É COMO VOTO."